Cabral pode alterar item que ameaça liberdade de expressão

FOLHA DE SÃO PAULO 21 JUL 1988 Ome. pg. 9

Da Reportagem Local e das Sucursais

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 55, relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, disse ontem, em Brasília, que pretende alterar, em seu substitutivo, a redação do item 4º do artigo 12 do anteprojeto de Constituição aprovado pela Sistematização —que tem recebido diversas críticas por ameaçar a liberdade de expressão. O texto exclui da liberdade de manifestação de pensamento idéias que "incitem à violência ou defendam discriminações de qualquer espécie", além de submeter espetáculos públicos e programas de rádio e TV "às leis de proteção à sociedade". "Vou tirar isso", disse Cabral, referindo-se àquele item e dizendo acreditar que "não devemos colocar no texto coisas que possam servir para interpretação dúbia". O relator da Sistematização, porém, não esclareceu que mudanças concretas pretende introduzir no substitutivo.

A **Folha** ouviu ontem a opinião de políticos, jornalistas, intelectuais e artistas sobre o editorial "Liberdade pela metade", publicado na edição de domingo do jornal e que critica, como fórmula que ameaça a liberdade de expressão, o item 4º do artigo 12 do Projeto Cabral. A seguir, alguns depoimentos:

Carlos Drummond de Andrade, 84, poeta: "Não li o editorial nem o projeto, mas me parece estranha e absurda a existência de limitações à liberdade de expressão, mesmo que com o objetivo de impedir a incitação à violência. Não creio que haja nenhum poder público com capacidade de separar idéias violentas de outras não violentas. Trata-se de um julgamento subjetivo e falta competência intelectual para isto. Cabe à Justiça condenar pessoas que tenham manifestado idéias que tenham conduzido à violência. Mas, isto, apenas em casos concretos".

Luiz Carlos Prestes, 89, ex-secretário-geral do PCB: "Minha opinião é contra tudo isto •(as limitações à liberdade de expressão•). A liberdade deve ser completa e, a partir daí, cada um responde pelo que disser. Este artigo é uma manifestação do reacionarismo desta Constituição, que será a mais reacionária da história da República. Não foi por acaso que a eleição de 15 de novembro foi a eleição do dinheiro. Só foi eleito quem tinha muito dinheiro".

Jorge Amado, 74, escritor: "Eu não li nem o artigo do projeto do deputado Cabral nem o editorial. Por isso, acho uma leviandade dar uma posição a respeito. Mas, de forma geral, sou contra toda e qualquer violência e discriminação contra a liberdade de opinião. Essa liberdade não deve ter nenhuma espécie de limitação, pois, se tiver, você estará violentando a liberdade, proibindo a divulgação de determinadas idéias. Para mim, ninguém tem o direito, por exemplo, de decidir qual o programa de TV que a pessoa tem de assistir".

Janio de Freitas, 55, jornalista: "O editorial tem toda procedência. O que o artigo nele examinado procura não é reconhecer a liberdade com algumas ressalvas (incabíveis quaisquer que fossem). É, sim, proporcionar ao poder os meios de negar a liberdade de pensamento sem o fazer ostensivamente. Desde que não seja explícita, a tal incitação a que se refere o artigo passa a depender de interpretação de tal modo subjetiva, e dependente de conveniências políticas, que qualquer opinião se torna passível de interpretação acusatória. O anteprojeto de Constituição, aliás, está repleto de armadilhas deste gênero. E agora que vai para a fase de debates e emendas, é necessária absoluta atenção sobre cada uma de suas palavras. Enquanto é tempo".

Paulo Renato Costa Souza, 41, reitor da Unicamp: Segundo o reitor, o problema se origina no tipo de Constituição que está sendo elaborada, muito mais analítica do que seria desejável: "Eu seria partidário de uma Constituição mais genérica, que dissesse apenas ser assegurada a liberdade de expressão, e depois uma lei ordinária estabeleceria os controles que a sociedade deve ter". Souza afirmou que não concorda com restrições à liberdade de expressão: "Tal como está escrito, a Folha tem razão ao temer que dê margem à reestrições da liberdade de expressão".

Fernando Gabeira, 46, jornalista, dirigente do Partido Verde: "Em princípio, sou contra qualquer restrição à liberdade de expressão. Tenho, porém, uma dúvida, uma preocupação com a questão do racismo. A experiência histórica da 2ª Guerra Mundial nos mostra que a propagação de idéias racistas tem de ser vista com muito cuidado. Mas estou aberto para discussões. Quanto ao projeto da Constituição, acho que ele realmente limita a liberdade de expressão".

José Goldemberg, 59, reitor da USP: O reitor disse estar de acordo com a primeira parte do texto, sobre o incitamento à violência e à discriminação: "Não creio que seja uma ameaça à liberdade de expressão". Quanto à submissão de espetáculos públicos e programas de rádio e TV "às leis de proteção à sociedade", Goldemberg disse achar "perigoso e delicado estabelecer uma censura nos moldes da que era feita anteriormente. A própria sociedade deve exercer este controle, rejeitando aquilo que não convém a ela". O reitor citou o caso do cinema pornográfico, que uma vez liberado "deixou de ser um perigo".

Sobral Pinto, 93, jurista: "Não há liberdade absoluta. Gosto muito do lema de um ex-presidente do Equador: 'Liberdade para tudo e para todos, exceto para o mal e para os criminosos'. É evidente que temos de restringir a pregação da violência e da fraude. A censura é uma necessidade, o que ocorre é que, normalmente, escolhem mal os censores. A censura existe em todos os povos civilizados. Se não houver censura vão pregar o amor livre, a nudez nas praias, a prostituição. Posso falar isto porque sou um defensor da liberdade. Lutei pela liberdade na ditadura do Getúlio (Vargas) e na ditadura militar".

Afonso Arinos de Melo Franco, 81, senador (PFL-RJ) e presidente da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte: O senador não vê ameaça à liberdade de expressão no texto da Sistematização: "O sistema democrático permite tudo menos o que seja para destruí-lo".

Plínio de Arruda Sampaio, 56, vice-líder do PT na Câmara: "Todo direito tem a contrapartida da obrigação", afirmou, aprovando o texto do Projeto Cabral. Sampaio, porém, disse que "todo cuidado é pouco para evitar ameaças à liberdade", e sugeriu a criação de um "órgão democrático" que julgue casos concretos.